

PETIÇÃO (MOD) CIVIL E PROC CIVIL

INDENIZAÇÃO ACIDENTE DO TRABALHO

COMISSÃO — COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - PAGAMENTO PARCIAL - PEDIDO DE PAGAMENTO - CORRETAGEM

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua nº, em, por seu procurador judicial infra-assinado, inscrito na OAB, Seção do, sob nº, com escritório profissional na Rua nº, na Cidade de, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência promover, com fulcro no art. 1102a e seguintes do CPC, contra, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua nº, inscrita no CGC/MF sob nº, e sua mulher, (qualificações), inscritos no CPF/MF sob nº, ele portador da Carteira de Identidade/RG nº, ela portadora da Carteira de Identidade/RG nº, residentes e domiciliados na Rua nº, nesta Capital, a presente AÇÃO MONITÓRIA segundos os motivos de fato e de direito que expõe: 1. a Autora é empresa que tem seu ramo de atividade voltada a "prestação de serviços de corretagem e intermediações na compra e venda de imóveis, administração de imóveis, arrendamento e locação de imóveis, compra e venda de bens imóveis", segundo cláusula do seu contrato social anexo; 2. que recentemente a requerente intermediou a negociação de compra e venda de um imóvel na Rua nº, em, entre a, promitente vendedora e a promitente compradora, segundo prova a Escritura Pública de Compromisso de Compra e Venda, lavrada em .../.../..., nas Notas do Tabelionato, Livro, nº; 3. ainda que, através do referido instrumento público, os Réus se obrigaram, a efetuar o pagamento da comissão de corretagem à Autora, estipulado em 5% sobre o valor do negócio, ou seja, sobre o valor do imóvel, de valor R\$ (....), nos termos da cláusula décima e sétima: "A comissão de corretagem de 5% (cinco por cento) sobre o valor do negócio, devida a, CGC/MF nº, será pago pela compradora, até de de" "Que ficam solidariamente responsáveis pelas obrigações deste contrato os co-obrigados e sua mulher". 4. Do valor da comissão devida de R\$ (.... x 5% =) o Réu solidário pagou por conta a quantia de R\$ através do cheque nº, do Banco, emitido em de de, conta nº, Ag., de modo que, restam R\$ (....), vencidos em de de e não pagos; 5. Que não tendo os devedores honrado sua obrigação consistente no pagamento da comissão expressamente avençada na Escritura Pública, deseja a Autora exigir o pagamento. Diante do exposto, requer-se à Vossa Excelência, com fundamento no art. 1.102b do CPC, a expedição de mandado, para que os Réus efetuem o pagamento da quantia de R\$, ou no mesmo prazo ofereçam embargos, sob pena de revelia. Requer-se, ainda, a procedência da ação e condena dos Réus ao pagamento do valor de R\$, acrescidos de correção monetária, a partir do vencimento da obrigação (.../.../...), como também nas custas processuais e honorários de advogado no percentual de 20% sobre o valor atualizado. Dá-se à ação o valor de R\$, de de Advogado